



Anais da Assembléia

Nº 105

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademair Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

Atos da Presidência:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

DATA: 06 de junho de 1997.

SÚMULA: Referenda o Decreto Legislativo nº 008/97, que autorizou o Senhor Governador ausentar-se do País.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/97

Art. 1º - Fica referendado o Decreto Legislativo nº 008/97, de 06 de junho de 1997, que autorizou o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, no período compreendido entre 8 e 11 do corrente mês, com destino ao Chile, a fim de, atendendo convite oficial, participar, em Santiago, do Seminário Internacional "Ciudades en el Desarrollo Nacional: Desafios de un Buen Gobierno."

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 09.06.97.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo título II, capítulo III, seção III, Artigo 34, combinado com o inciso XIII do Artigo 20, do Regimento interno.

R E S O L V E :

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 02/97

Instituir a Comissão Representativa Pró-Curitiba, para viabilizar esta Cidade como Capital do Mercosul; aprovar o Regulamento inicial de atividades da comissão, em anexo a este Ato; e aprovar a composição inicial da Comissão, a ser dirigida pelo Dr. Francisco Cunha Pereira Filho; considerando os resultados das sessões preparatórias já realizadas e das atividades do grupo de trabalho "AD HOC" designado e o interesse manifestado pelos mais diversos setores da comunidade, assegurando a abrangência e representatividade da comissão.

Palácio "XIX de Dezembro", em 23.06.97.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA ATA DA 31ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1997 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademir Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Laves, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinho Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Pre-

sidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 24.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido e nem Oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes,

Passa-se à

O R D E M D O D I A ,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk e outros, dispõe sobre anistia tributária e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

PROJETO DE LEI Nº 272/97 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os créditos tributários devidos em relação à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS - objeto ou não de execução fiscal, terão deferidos os seus parcelamentos, por ato do Secretário de Estado da Fazenda, com anistia total das multas, juros e demais cominações legais.

§ 1º - Os créditos tributários objeto de ação de execução fiscal, só poderão ser parcelados, nos termos da presente lei, se comprovada a quitação das despesas judiciais, excluindo-se honorários advocatícios de qualquer natureza.

§ 2º - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de crédito tributário já extinto.

§ 3º - Aos que procurarem espontaneamente a reparação fazendária para denunciarem infração, serão estendidos os benefícios fiscais previstos no "caput", deste artigo.

Art. 2º - A presente lei será regulamentada por decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias, da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.06.97

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamto: Nelson Garcia, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Edson Lino, José Maria Ferreira, Luiz Cláudio Romanelli, Durval Amaral, Cezar Silvestri, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Sâmis da Silva, Luiz Carlos Martins, Edno Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Carlos Simões, Ademar Traiano, Toti Colaço, Antonio Annibelli, Nereu Moura, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Albanor Gomes, José Tavares, Edgar Bueno, Beto Richa e Ademar Traiano.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei, em consonância com os termos do art. 130 da Constituição do Estado do Paraná, objetiva, antes de tudo colocar um fim a angústia em que se encontra o setor econômico do Paraná, decorrente da manifesta recessão, resultante dos planos governamentais.

Seguidamente estamos a escutar que estariam a Administração Pública, nas três esferas governamentais, preocupadas em planejar programas de incentivos, com o objetivo de retirar as empresas da periclitante situação em que se encontram e com isto minorar o grave problema de desemprego.

De nada adianta enquadrar planos mirabolantes para diminuir o desemprego se, antes de tudo, não se cuidar das empresas que ainda estão dando empregos.

Ninguém mais do que os Parlamentares para sentirem a indubitável crise em que se encontra o setor industrial e comercial do Paraná. Também, não é necessário maiores análises para constatar o que será do Estado daqui a 5 ou 6 meses se não se tomar medidas para, pelo menos, minorar a situação.

Para as questões sociais, ante aos problemas dela advindos, são necessárias medidas extremas, sob pena de logo termos que administrar o caos.

Os Parlamentares caejados pelo enfrentar problemas sociais trazem consigo a consciência da necessidade de se encontrar as verdadeiras soluções, ao contrário daqueles que ficam a "matutar" e/ou vislumbrar metas e objetivos, contudo fechados em quatro paredes, alheios à realidade incontestável e à péssima situação do sistema econômico atual.

Só a consciência da efetiva realidade pode mostrar o caminho e as soluções. Nunca em cansáveis discursos e/ou promessas, porque do matraquear dos "tecnocratas" é que resultaram incoerentes legados, como se exemplifica no Decreto Estadual nº 2.953, de 13 de março de 1997, que pretendeu criar o "SIMPLES", para as microempresas, mas que inconstitucional e ilegalmente, instituiu o "COMPLEXO".

Pela consciência que temos da realidade e sabedores que somos do espírito social que é uma constante nesta Casa de Leis, temos certeza este plano de lei será, urgentemente, aprovado, ante a indubitável necessidade de preservar, pelo menos, um resquício da justiça na sociedade paranaense.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 272/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados Luiz Carlos Zuk e Sâmis da Silva, dispõe sobre anistia tributária e dá outras providências.

A proposição está em consonância com o art. 130, da Constituição do Estado do Paraná e objetiva tentar minimizar a crise em que se encontra o setor produtivo do nosso estado, decorrente da evidente recessão, resultante de planos governamentais.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça, entende não existir nenhum impedimento de ordem legal, regimental ou constitucional para a aprovação do presente projeto de lei, assim sendo somos de parecer favorável pela sua aprovação, na forma da emenda substitutiva que anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em 24.06.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Valdir Rossoni - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 272/97 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Os créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, lançados até a data da publicação da presente lei, objeto ou não de execução fiscal, terão deferidos os seus parcelamentos em até 100 (cem) parcelas, por ato do Secretário de Estado da Fazenda, com anistia de multa e da atualização monetária sobre ela incidente, e remissão dos juros, na forma e prazo estabelecidos em Decreto do Poder Executivo.

§ 1º - Os créditos tributários objeto de execução fiscal, só poderão ser parcelados, nos termos da presente lei, se comprovada a quitação das despesas judiciais, excluindo-se os honorários advocatícios de qualquer natureza.

§ 2º - O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

§ 3º - O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de crédito tributário já extinto.

§ 4º - Aos que procurarem espontaneamente a reparação fazendária para reconhecer infração relativa a fatos geradores ocorridos até a data da publicação desta lei, serão estendidos os benefícios previstos no "caput" deste artigo.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior poderá ser aplicado às parcelas vincendas dos créditos tributários já objeto de parcelamento.

Art. 3º - No prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da sua publicação, a presente lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.06.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Substitutivo Geral da Comissão de Justiça. Coloco na Sessão de hoje a discussão da constitucionalidade do projeto.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O projeto de lei nº 272/97, concede anistia tributária àqueles que devem hoje para o Estado do Paraná.

Quero fazer um breve comentário sobre mérito para depois entrar na questão constitucional. A penúltima anistia do nosso Estado foi dada no Governo José Richa, a última foi dada o ano passado, no mês de junho ou julho, se não me falha a memória em sessão extraordinária, aprovamos a anistia. Naquela ocasião, o ex-Secretário, Miguel Salomão, na imprensa disse que trazia um prejuízo para o Estado do Paraná de um bilhão de reais. De porte desses artigos da imprensa fiz um ofício ao Sr. Secretário e ele me respondeu dizendo que se todas as empresas que deviam para o Estado pleitassem aquela anistia o prejuízo seria de um bilhão e trezentos milhões de reais.

O Governo do Paraná que não tem dinheiro para Saúde, não tem dinheiro para Educação, não tem dinheiro para o funcionalismo público, não tem dinheiro para infra-estrutura básica, no entanto abre mão de receita fiscal anistiando vários empresários, que não sabemos quais são e nem o porte dessas empresas. Se são micro, pequenas ou grandes empresas, e se houve sonegação ou erro. Porque alguns podem deixar de recolher por erro, outros por sonegarem simplesmente.

Quer dizer que aquele que agiu de maneira ilegal, aquele que não pagou imposto ou aquele que cometeu um crime ao não pagar hoje ele é presenteado, premiado com uma anistia.

Entendemos que é inconstitucional porque esta proposta de anistia não partiu do Governo do Estado mas sim

dos Senhores Deputados e os Senhores Deputados não podem legislar sobre arrecadação financeira, perdões ou anistia. Por isso votaremos contrário, quando digo nós é a Bancada do Partido dos Trabalhadores que se coloca contrário à constitucionalidade, e no momento em que formos analisar o mérito, como já tecemos alguns comentários, também nos posicionaremos contrários.

O que nos assusta é que a maioria ou todos os Parlamentares teriam que se manifestar contrários a esse projeto de lei, por ele ser inconstitucional, pelos danos que ele traz ao erário público. Ele nos traz prejuízos enormes - não sabemos o montante, uma vez que não consta esses dados no projeto de lei. Dá um prêmio àqueles péssimos empresários do nosso Estado, e o bom empresário, no entanto, que pagou tudo em dia não é premiado, apesar de hoje provavelmente estar vivendo dificuldades financeiras.

Nós, da Bancada do PT, entendemos que não podemos concordar com esse projeto, por isso nosso voto da Bancada do Partido dos Trabalhadores é contrário.

C SR. LUIZ CARLOS ZUK (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, procuramos entender sempre a Bancada do PT, na Liderança do ilustre Deputado Péricles Mello. Nesse posicionamento estão totalmente equivocados pelo seu porta-voz, o ilustre Deputado Florisvaldo Fier.

Essa isenção tributária de multas faz com que aquele pequeno e médio contribuinte do Estado do Paraná, pela diversidade econômica em que se encontra, pela falta de comércio existente, e principalmente àqueles que nunca faltaram com a contribuição acertada ao Governo através dos emolumentos tributários, e alheios a sua vontade, é que a maioria dos Deputados desta Casa entendeu que o momento é dos Senhores Deputados dar uma mão ao pequeno, ao médio comerciante, porque aqueles grandes devedores do Estado, como o próprio ilustre Deputado falou, o ano passado já pagaram, já está tudo certo. Estamos dando uma mão ao pequeno, ao médio, com a consciência tranquila do povo do Paraná, sabendo que multa não é realmente perda de arrecadação. Se não receber o montante não recebe a multa e não recebe nada.

Então queremos é fazer com que o erário público do Estado seja fortalecido e principalmente o pequeno seja atendido. É este o pensamento, acredito, da maioria desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto nº 272/97.

Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado, com voto contrário da Bancada do PT.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 256/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação Rural de Manduri, com sede e foro no Município de Prudentópolis. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 256/97 REDAÇÃO FINAL

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Rural de Manduri, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.06.97

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 243/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São Braz, com sede e foro no Município de Curitiba-PR. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 243/97 REDAÇÃO FINAL

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São Braz, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições.

Sala das Comissões, em 23.06.97

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 192/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Creche Vitória Stefania Barbon, com sede no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 192/97 REDAÇÃO FINAL

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Vitória Stefania Barbon, com sede e foro no Município de Alto Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições.

Sala das Comissões, em 23.06.97

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 192/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Creche Vitória Stefania Barbon, com sede no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 192/97 REDAÇÃO FINAL

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Vitória Stefania Barbon, com sede e foro no Município de Alto Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.06.97

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 077/96, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 174/96, de autoria dos Deputados Irineu Colombo e Eduardo Lacerda Trevisan, que objetiva tornar obrigatório à qualquer veículo automotor transitar permanentemente com os faróis acesos nas rodovias do território do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG (P) 383/96

Curitiba, 16 de dezembro de 1996.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 304/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 174/96, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos diante expostos.

Dispõe o autógrafo que é "obrigatório, a qualquer veículo automotor em trânsito no território do Estado do Paraná, o uso permanente dos faróis baixos ligados, inclusive durante o período diurno" e que no período diurno, é facultado o uso de faróis baixos ligados aos veículos que transitarem no perímetro urbano, com exceção de ônibus intermunicipais, motocicletas e aos que trafegam em rodovia estadual.

A negativa de sanção ao Projeto de lei em referência decorre de sua total e flagrante inconstitucionalidade, porque fere o preceito contido no art. 22, inciso XI, da Carta

Magna Federal, segundo o qual a competência para legislar sobre trânsito e transporte é privativa da União.

Inobstantemente a inconstitucionalidade apontada, vale destacar o fato de várias manifestações de órgãos estaduais e de técnicos e setores não integrantes do serviço público, terem demonstrado inúmeros aspectos que não recomendam a adoção da preconizada medida.

Adoto, como razões fundamentais do veto ora aposto, o bem lançado e circunstanciado Parecer emitido pela Procuradoria Geral do Estado, cuja parte conclusiva, segue abaixo transcrita:

"A Constituição Federal de 1988, em seu Título III, Capítulo II, artigo 22, inciso XI prescreve que "Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte." Por esse dispositivo só a União tem competência para a disciplina de trânsito.

Se buscarmos na Constituição do Estado do Paraná a competência do Estado na matéria em apreço, encontramos no Capítulo I, Seção II, o artigo 12, inciso XII a seguinte disposição:

"É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito."

O dispositivo em questão encontra correspondente no artigo 23, inciso XII da Constituição Federal.

Confrontando os dispositivos da Constituição Federal e Estadual (art. 22, inc. XI e art. 12, inc. XII, respectivamente), vê-se que disciplinam matérias e fixam competências diferentes.

O inciso XI do artigo 22 da Constituição Federal trata da competência privativa da União para legislar sobre trânsito, o inciso XII do art. 12 da Constituição Estadual e o seu correspondente artigo 23 da Constituição Federal tratam da competência comum do Estado, com a União e os Municípios para estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito.

No que tange à "competência", trazemos a lição do mestre José Afonso da Silva que diz:

"Competência é a faculdade juridicamente atribuída a uma entidade, ou a um órgão ou agente do Poder Público para emitir decisões. Competências são as diversas modalidades de poder de que se servem os órgãos ou entidades estatais para realizar as suas funções." (José Afonso da Silva, Curso de Direito Constitucional Positivo, 7ª ed., 1991, RT, pg. 413).

O mesmo autor classifica a "competência" em dois grandes grupos com suas subclasses: I - competência material que pode ser: a) exclusiva (art. 21); e b) comum cumulativa ou paralela (art. 23); II - competência legislativa, que pode ser: a) exclusiva (art. 25, §§ 1º e 2º); b) privativa (art. 22); c) concorrente (art. 24); d) suplementar (art. 24, § 2º).

Por essa classificação verifica-se que é competência legislativa privativa da União a disciplina de trânsito, ao passo que a disciplina "política de educação para a segurança do trânsito" é competência material comum entre as entidades da federação. Não se deve, pois, confundir-las.

A competência legislativa concorrente entre as entidades da Federação (exceto dos Municípios que não possuem de modo algum) vem prevista nos incisos do artigo 24 da Constituição Federal. Esse artigo, todavia, não traz nenhum dispositivo que autorize o Estado ou o Distrito Federal a legislar concorrentemente sobre "trânsito".

A Constituição Federal autoriza os Estados e Municípios em comum com a União a "estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito", mas tal previsão constitucional não tem o condão de autorizar o Estado a invadir a esfera de competência privativa da União.

Detecta-se destarte, que o referido Projeto de Lei ofende a Carta Magna, uma vez que nele está inserta a disciplina "trânsito", matéria, reiteramos, da competência legislativa privativa da União. Dessa forma, configura-se a "inconstitucionalidade formal" assim conceituada pela doutrina para apontar a usurpação de competência ou de iniciativa.

No mérito, é indiscutível que o uso permanente dos faróis baixos em veículos automotores é medida salutar e recomendável diante da realidade caótica em que se encon-

tra o trânsito, não somente nesse Estado, mas em todo o território nacional. Assim, nem se questiona a medida no seu mérito. Entretanto, à luz do ordenamento constitucional brasileiro, cabe à União, que detém competência legislativa sobre trânsito, adotar medida nesse sentido.

Ressalta-se, ainda, que a medida prevista no Projeto de Lei em questão, não atende ao princípio da razoabilidade das leis, para os condutores de veículos automotores haverá um transtorno despropositado quando trafegarem por mais de um Estado, pois estarão obrigados, independente do tipo de veículo automotor, a usar os faróis acesos permanentemente num Estado e em outro não. Daí a necessidade da matéria ser regulada pela União para uniformizar e obrigar a medida em todo o território nacional.

III - Conclusão

Ante o exposto, concluímos que o Projeto de Lei nº 174/96, é inconstitucional em face da Constituição Federal".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMÍLIA BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

PROJETO DE LEI Nº 174/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - É obrigatório, a qualquer veículo automotor em trânsito no território do Estado do Paraná, o uso permanente dos faróis baixos ligados, inclusive durante o período diurno.

§ 1º - No período noturno, é obrigatório o uso de faróis baixos ligados no perímetro urbano.

§ 2º - No período diurno, é facultado o uso de faróis baixos ligados aos veículos que transitarem no perímetro urbano, com exceção de ônibus intermunicipais, motocicletas e aos que trafegam em rodovia estadual.

Art. 2º - O descumprimento desta lei, importará em pena de multa, a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 3º - O Poder Executivo expedirá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta lei, decreto regulamentador.

Art. 4º - No mesmo prazo estipulado no artigo anterior o Poder Executivo promoverá campanhas educativas, discorrendo sobre a importância dos faróis acesos durante o dia e orientando a aplicação da lei nas rodovias no Estado do Paraná.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.96

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

O Brasil tem sido um dos campeões mundiais em acidentes de trânsito. Dados do Ministério dos Transportes nos dão conta que no ano de 1995 ocorreram 95.499 acidentes nas estradas brasileiras, nos quais estiveram envolvidos 159.605 veículos. Nestes acidentes morreram 7.090 pessoas, 18.343 ficaram gravemente feridas e 37.252 tiveram ferimentos leves. Dentre os mortos 1.917 eram pedestres que provavelmente não conseguiram visualizar o automóvel no momento da travessia da estrada. Ao contrário do que muitos pensam a maioria desses acidentes ocorreu durante o dia, com o tempo bom e em retas. Pesquisa realizada mostra que o número total de acidentes 68,03% ocorreram nas retas, 22,74% nas curvas e 9,18% nos cruzamentos. Os dados ainda nos informam que 61,03% destes acidentes aconteceram durante o dia e 38,97 à noite e, por fim, que 74,59% ocorreram com tempo bom, 22,26% com chuva e apenas 3,15% com neblina. De posse destes números o Ministério dos Transportes chegou a conclusão de que a principal causadora dos acidentes foi a falta de atenção dos motoristas, responsável por 36.602 casos, tendo como se-

gunda responsável a velocidade incompatível, com 9.880 casos e os defeitos na pista e da sinalização foram responsáveis por 1.578 casos. Os custos destes acidentes são de aproximadamente R\$ 5 bilhões a cada ano.

Inspirado num projeto de lei semelhante que tramita na Assembleia Estadual do Rio Grande do Sul, do Deputado Onyx Lorenzoni, e por sugestão do Pastor Roberto Luis Schuz, passamos a estudar os benefícios dos faróis acesos durante o dia.

A proposta que apresentamos no sentido de tornar obrigatório o tráfego dos automóveis de qualquer categoria com os faróis baixos acesos durante o dia nas rodovias do nosso Estado, objetiva exatamente fazer com que a atenção dos motoristas e pedestres seja maior. Experiência como essa já faz parte do cotidiano de motoristas de países como a Suécia, onde a lei obrigando o uso dos faróis acesos vigora desde a década de 60 e Canadá, cuja lei vigora desde 94. Nestes países o uso do farol baixo ligado durante o dia é obrigatório inclusive nas cidades, e mais, os veículos já saem da fábrica com um dispositivo que aciona os faróis automaticamente ao se ligar o veículo. O resultado dessa simples medida foi que nos países citados o número de colisões frontais caiu 15% e o de atropelamento 20%.

O uso dos faróis ligados durante o dia aumenta em 60% a visibilidade do veículo. Isto se deve a alguns fatores:

- Os "faróis acesos durante o dia ajudam os pedestres e os motoristas de outros veículos no cálculo da distância, da direção e na noção da velocidade".

- O corpo do veículo somente reflete a luz que incide sobre si, tornando muito baixo o Coeficiente de Intensidade Luminosa (CIL) para estimular a visão do motorista que vem em sentido oposto. Esta dificuldade de sensibilizar a visão do motorista é aumentada quando ele se encontra cansado e com muitas horas no volante. O farol aceso concentra um alto índice de CIL num único ponto, orientado em sentido reto à visão do outro motorista, causando uma perfeita percepção do veículo.

- A ação de ligar os faróis põe em guarda o motorista que prepara-se "para estar alerta à situação de riscos", nas vias públicas.

Os faróis resolveriam o problema desta situação hipotética: um motorista ao fazer ultrapassagem, estando cansado, com seus sentidos, - especialmente a visão, - não plenamente potencializados e tendo o céu nublado, não vê o outro automóvel em sentido contrário que tem cor escura, vindo a colidir.

Uma pesquisa canadense afirma que um automóvel pode ser visto com as luzes acesas durante o dia a uma distância de três quilômetros. O farol baixo ligado durante o dia chama a atenção mas não incomoda, e ainda ajuda pedestres e motoristas de outros veículos no cálculo da distância, da direção e da velocidade do veículo.

O Coordenador Nacional do Programa de Redução de Acidentes nas Estradas, do Ministério dos Transportes, José Roberto de Souza Dias afirma que, seguramente o uso dos faróis acesos durante o dia diminuiria o número de atropelamentos em 50%. Segundo José Roberto, hoje em dia qualquer pessoa que trafegar com o farol baixo ligado durante o dia receberá um monte de avisos doutros motoristas e também dos pedestres numa demonstração de que o automóvel está sendo visto e chamando a atenção de todos.

Na verdade é importante nos conscientizarmos que o ato de dirigir é uma atividade perigosa que coloca a vida de muitas pessoas em perigo, e o uso dos faróis ligados põe a todos em estado de "alerta". Por outro lado, é importante salientar que esta medida não importa em aumento de custos para o proprietário do veículo, uma vez que a bateria se autocarrega permanentemente com o simples funcionamento do veículo, e também é uma medida de fácil fiscalização.

O termo "faróis baixos" tem a mesma definição de Luz Baixa, explicitado no Código Nacional de Trânsito, que é um "facho luminoso característico, emitido pelo farol principal e destinado a iluminar uma parte limitada da via à frente do veículo, sem causar excessivo ofuscamento aos outros usuários da via, principalmente aos que trafegam em sentido contrário".

Esta simples medida tem se revelado eficaz, minimizando os acidentes de trânsito, tanto que temos vários motoristas que voluntariamente usam seus faróis acesos durante o dia. Queremos criar o hábito e estender mais este instrumento de segurança no trânsito a todos os paranaenses, ponto que, além de ser da competência do estado estabelecer política de educação para segurança do trânsito (arts. 23, XII da Constituição Federal e 12, XII da Estadual) é um direito constitucional do cidadão, pelo direito à vida.

Segue em anexo matérias da imprensa relativo ao tema.

Por todo o exposto, dada a importância do tema, esperamos o apoio de todos os nossos estimados companheiros Parlamentares a esta medida que pode evitar a perda de muitas vidas e assim ajudar nosso país a deixar de ser, o que muito nos envergonha e entristece, um dos campeões mundiais em acidentes no trânsito.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 77/96

PARECER:

A presente Proposição Veto, de autoria do Poder Executivo tem por objetivo vetar o Projeto de Lei nº 174/96 dos Senhores Deputados Irineu Colombo e Eduardo Trevisan que objetivam tornar obrigatório a qualquer veículo automotor, transitar permanentemente com os faróis acesos nas rodovias do território do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, regimental e constitucional, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento à Plenário.

Sala das Comissões, em 15.04.97
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse projeto de lei cujo veto vamos apreciar nesse momento, ele é de minha autoria juntamente com o Dep. Irineu Colombo, companheiro do Partido dos Trabalhadores, que objetiva tornar obrigatório nos limites do nosso Estado, o tráfego de veículos com farol aceso nas nossas estradas durante o dia. Esse projeto foi formulado a partir de exemplos que temos de países de primeiro mundo como o Canadá, como a Suécia, como a França, que já adotaram esta medida como forma de diminuição dos acidentes e atropelamentos nas estradas.

O Brasil é um dos campeões mundiais de acidentes de trânsito nas estradas, com mortes e atropelamentos, principalmente nas regiões metropolitanas dos municípios. Aqui mesmo em Curitiba, na Região Metropolitana dessa Capital, dessa metrópole, temos uns 100 números de atropelamentos que ocorrem, e quando o atropelado sobrevive e é questionado de como se envolveu naquele acidente, afirma que não viu o veículo ou que não sabia que estava tão perto, ou que estava tão veloz. O simples uso do farol aceso pode ajudar esse pedestre ou outros motoristas, a ficarem mais atentos no trânsito.

Acho que toda e qualquer medida que venha no sentido de contribuir com a diminuição dos nossos acidentes de trânsito ela é bem vinda. E essa medida não tem custos adicionais, os carros têm alternadores, a bateria se recarrega, não tem custos para o Estado, e ela só virá a ajudar-nos a diminuir os nossos acidentes de trânsito e os atropelamentos nas nossas rodovias.

Esse projeto foi vetado pela vice-Governadora em exercício no cargo de Governadora, Emília Belinati, a partir de um parecer da Procuradoria Geral do Estado, alegando que o projeto é inconstitucional.

Ora! Como pode o projeto ser inconstitucional se ele já vigora num Estado irmão como o Estado do Rio Grande do Sul, essa medida já foi adotada lá com sucesso, vem sen-

do incorporada aos costumes de todos os motoristas rio-grandenses e aqui no Estado do Paraná um simples anúncio de que essa lei estava sendo discutida na Assembleia já fez com que um cem números de motoristas nesse Estado passasse a usar o farol aceso nas nossas estradas, ou seja, adotasse essa simples medida do uso do farol aceso durante o dia, mesmo que a lei ainda não tivesse tido início de vigor, eles adotaram essa medida como parte dos seus costumes no trânsito.

Então o que peço aos nobres Deputados aqui presentes, é que derrubem esse Veto, já há a concordância do companheiro Líder do Governo, de que inclusive todos os Deputados aqui da Bancada Governista votem pela derrubada do Veto, porque é uma medida simples, é uma medida sem custos para o Governo, nem para a sociedade, e que pode representar o salvamento de muitas vidas em nosso Estado do Paraná. Muito obrigado pela atenção de todos os Senhores Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, mediante os argumentos do ilustre Deputado Eduardo Trevisan, gostaria de liberar a Bancada de apoio ao Governo e também fazer o meu voto aqui nesse momento. Votarei pela derrubada do Veto.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem) - Gostaria que fosse registrado a presença nessa Casa do Prefeito de Renascença José Resciotto e seu Assessor, Delair Ferreira.

O SR. EDSON LINO (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do Vereador de Rosário do Ivaí, Moacir Brandão.

O SR. EDUARDO TREVISAN (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Sertaneja, Renato Tavares, do Prefeito de Leopólis, Luiz Anastácio e a presença do Chefe da Regional da Secretaria da Saúde da Cidade de Cornélio Procopio, Dr. Valdevino Graciano, que vem acompanhado também do Dr. Edmar Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que forem favoráveis a manutenção do Veto, deverão se manifestar com as cédulas que contenham a expressão "sim", os contrários à manutenção do Veto, deverão se manifestar utilizando para votações as cédulas que contenham a expressão "não". Após feita a sua opção de

voto o Deputado deverá colocar a cédula sobre carta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesma.

O Sr. Primeiro Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Procede a Chamada Nominal dos Senhores Deputados.
(Término da Chamada Nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quarenta e três Senhores Deputados votaram. Designo os Senhores Deputados Antonio Annibelli, Luiz Claudio Romanelli, José Tavares e Renato Adur para constituírem a Comissão Escrutinadora.

Quarenta e três Senhores Deputados votaram.

Quarenta e um com a cédula "não".

Um em branco.

Um com a cédula "sim".

Veto rejeitado.

Parabéns ao Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para registrar a presença dos Prefeitos Vitor Pestana de Assis Chateaubriand e Delmo Passoni de Nova Aurora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 74/97

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:
colocar, à disposição da COHAPAR/PONTA GROSSA, o servidor deste Poder Legislativo, JOÃO PAULO FILGUEIRAS RIBEIRO, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20.06.97

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral